

II PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O PROGRAMA DE
RESIDÊNCIA JURÍDICA E CONTÁBIL DO TCE/AM

CADERNO DE PROVAS
OBJETIVA E DISCURSIVA

CONTABILIDADE

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. Este CADERNO DE PROVAS é composto por: 30 (trinta) QUESTÕES OBJETIVAS de múltipla escolha, sendo 10 (DEZ) QUESTÕES DE CONHECIMENTOS BÁSICOS e 20 (VINTE) QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS; 02 (DUAS) QUESTÕES DISCURSIVAS, dividida em subitens; espaço para RASCUNHO; e FOLHAS DE RESPOSTAS da Prova Discursiva.
2. Mantenha a integridade do CADERNO DE PROVAS e não destaque nenhuma de suas folhas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no CADERNO DE PROVAS, se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal a troca do caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
4. Após 30 minutos do início da prova, o fiscal iniciará a entrega do CARTÃO DE RESPOSTAS personalizado para as questões da Prova Objetiva.
5. A totalidade da Prova terá a duração de **4h (quatro horas)**, incluindo o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS da Prova Objetiva e das FOLHAS DE RESPOSTAS da Prova Discursiva. Portanto, controle seu tempo, observando a informação indicada pelo fiscal da sala no quadro branco.
6. Iniciada a Prova, **nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida 1h (uma hora)** de prova.
7. Caso seja necessária a utilização do sanitário, solicite permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido à revista com detector de metais.
8. Ao terminar a prova, você deverá, obrigatoriamente, DEVOLVER o CADERNO DE PROVAS e o CARTÃO DE RESPOSTAS ao fiscal, bem como ASSINAR A LISTA DE FREQUÊNCIA ao entrar na sala.
Para tanto, sinalize previamente com a mão e aguarde a autorização do fiscal.
9. Após, retire-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não devendo permanecer nas dependências deste nem utilizar os sanitários.

10. Os **três últimos candidatos deverão permanecer na sala para que todos assinem a Ata**, atestando a idoneidade da finalização da prova.
11. Use os espaços para rascunho, se assim desejar, para fazer os esboços de suas respostas. Entretanto, o CARTÃO DE RESPOSTAS e as FOLHAS DE RESPOSTAS serão os únicos documentos válidos para correção.
12. **Não será permitido ao candidato o direito de levar consigo o caderno de questões**, sendo permitida a transcrição das respostas objetivas **apenas nos 30 minutos antes do término do tempo da prova**, desde que disponibilizado cartão para transcrevê-las.

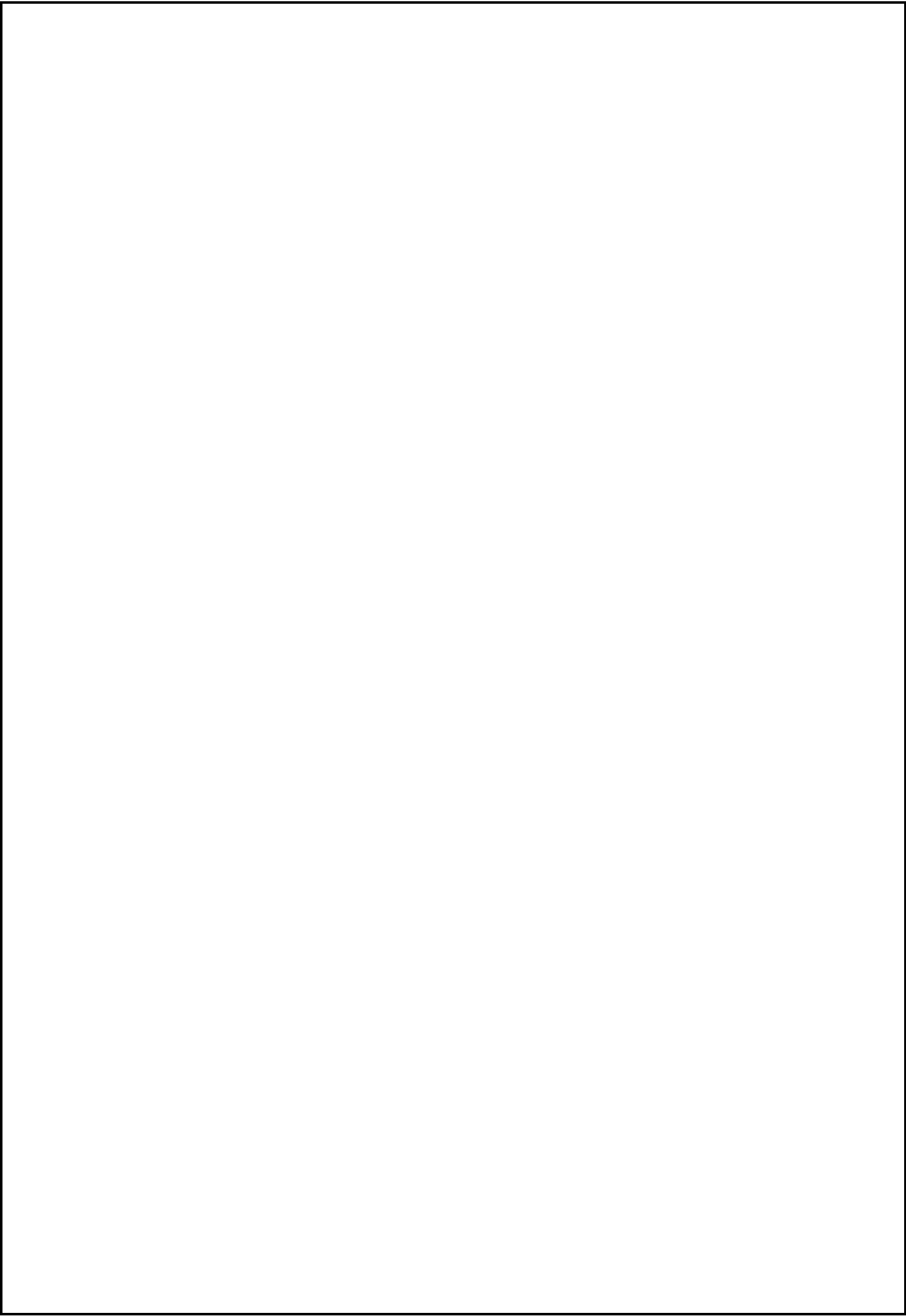
Orientações específicas quanto à Prova OBJETIVA:

1. É de sua inteira responsabilidade certificar-se de que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO DE RESPOSTAS.
2. Ao receber o CARTÃO DE RESPOSTAS, **assine-o conforme o documento apresentado**.
3. Não rasure, não amasse, não dobre e/ou rasgue o CARTÃO DE RESPOSTAS.
4. Transcreva as respostas da Prova Objetiva para o CARTÃO DE RESPOSTAS preenchendo todo o círculo, utilizando caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, na cor preta.
Assinale assim: ●
5. Após o preenchimento não será possível fazer qualquer alteração no CARTÃO DE RESPOSTAS, pois, se assim o fizer, a questão será considerada nula.
6. NÃO dispomos de CARTÃO DE RESPOSTAS para substituir em caso de erro ou qualquer outro motivo. Portanto, ATENÇÃO ao preenchê-lo.

Orientações específicas quanto à Prova DISCURSIVA:

1. As FOLHAS DE RESPOSTAS não poderão ser assinadas ou rubricadas, nem conter qualquer tipo de marcas ou sinais de sua identificação.
2. Use as FOLHAS DE RESPOSTAS para desenvolver sua Prova Discursiva, utilizando caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, **na cor preta**.
3. Em hipótese alguma haverá substituição das FOLHAS DE RESPOSTAS por erro do candidato ou qualquer outro motivo. Portanto, ATENÇÃO ao preenchê-las.

Boa Prova!



PROVA OBJETIVA
CONHECIMENTOS BÁSICOS

1) Durante fiscalização realizada pela Controladoria de determinado Estado, verificou-se que um órgão da administração pública estadual disponibilizava em seu site institucional diversos relatórios e dados administrativos. Contudo, o órgão não possuía serviço presencial de atendimento ao cidadão para orientação sobre acesso à informação, tampouco havia estrutura destinada ao protocolo de requerimentos de acesso à informação.

Ao justificar a situação, a administração alegou que a divulgação de informações pela internet seria suficiente para cumprir as exigências da Lei de Acesso à Informação.

À luz da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta.

- a) A atuação do órgão é regular, pois a divulgação de informações em meio eletrônico dispensa a criação de serviço específico de atendimento ao cidadão.
- b) A atuação do órgão é regular, pois a Lei de Acesso à Informação não exige estrutura administrativa específica para atendimento ao público.
- c) A atuação do órgão é regular, pois o atendimento presencial para acesso à informação somente é exigido para órgãos da administração federal.
- d) A atuação do órgão é irregular apenas se houver recusa expressa de fornecimento de informação solicitada por cidadão.
- e) A atuação do órgão é irregular, pois a Lei de Acesso

à Informação exige a criação de serviço de informações ao cidadão destinado, entre outras funções, a orientar o público e protocolizar requerimentos de acesso à informação.

2) Com base na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), analise as assertivas a seguir.

I – As pessoas jurídicas respondem objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção praticados em seu interesse ou benefício.

II – A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de dirigentes ou administradores que tenham participado do ato ilícito.

III – Nas hipóteses de fusão ou incorporação, a responsabilidade da empresa sucessora restringe-se ao pagamento de multa e à reparação integral do dano, até o limite do patrimônio transferido, não se aplicando as demais sanções relativas a fatos anteriores, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

Assinale a alternativa correta.

- a) V – F – V
- b) V – V – F
- c) F – V – V
- d) F – F – V
- e) V – F – F

3) Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado em obras públicas recentemente inauguradas, verificou-se que diversos prédios administrativos foram construídos sem rotas acessíveis, sinalização adequada ou sanitários adaptados para pessoas com deficiência.

Em sua defesa, o gestor responsável sustentou que tais adaptações poderiam ser implementadas futuramente, não sendo obrigatórias na fase inicial do projeto arquitetônico.

Com base nisso e à luz da Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa correta:

a) A adoção de medidas de acessibilidade é facultativa na fase de concepção dos projetos arquitetônicos, podendo ser implementada posteriormente, conforme disponibilidade orçamentária.

b) A acessibilidade constitui direito da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e deve garantir condições de vida independente e participação social.

c) O princípio do desenho universal somente deve ser aplicado quando expressamente previsto em legislação local.

d) As normas de acessibilidade aplicam-se apenas a edificações públicas, não alcançando edificações privadas de uso coletivo.

e) A verificação do cumprimento das normas de acessibilidade não integra o objeto de inspeções ou auditorias realizadas pelos órgãos de controle.

4) A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos, entre outros, a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido. Tal documento deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de

modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos mínimos obrigatórios conforme a Lei 14133/2021, exceto:

a) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

b) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

c) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

d) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

e) justificativas para o parcelamento ou não da contratação.

5) João é servidor responsável pela condução de licitação destinada à aquisição de equipamentos de informática, adotando o critério de julgamento menor preço. Ao elaborar o edital, João fixou o prazo de 8 dias úteis entre a divulgação do edital e a data de apresentação das propostas.

Maria, que atua na assessoria jurídica do órgão, alertou que o edital sofreu alteração relevante em suas especificações técnicas após a primeira publicação, razão pela qual seria necessário observar novamente os prazos mínimos previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

a) O prazo inicialmente fixado por João está incorreto, pois licitações para aquisição de bens devem observar prazo mínimo de 15 dias úteis para apresentação de propostas.

b) O prazo inicialmente fixado por João está incorreto, pois licitações para aquisição de bens devem observar prazo mínimo de 10 dias úteis.

c) O prazo inicialmente fixado por João está correto, mas a alteração relevante no edital exige nova divulgação e reinício da contagem do prazo mínimo para apresentação das propostas.

d) A alteração do edital não exige nova contagem de prazo, independentemente de seu conteúdo.

e) O prazo inicialmente fixado por João somente seria válido se a licitação adotasse o critério de técnica e preço.

6) No ano de 2023, uma forte enchente atingiu a sede da Secretaria de Obras de um município do interior do Amazonas, destruindo fisicamente todos os processos licitatórios e comprovantes de pagamento originais do exercício anterior. O gestor comprovou que a destruição ocorreu por força maior, alheia à sua vontade, tornando impossível a reconstituição completa dos autos para o julgamento de mérito pelo TCE-AM.

Diante desse cenário, nos termos das normas processuais da Lei Orgânica do Tribunal, assinale a alternativa correta:

a) O Tribunal deverá proferir uma decisão definitiva de irregularidade das contas, uma vez que o ônus de guarda e conservação dos documentos é dever

personalíssimo e imprescritível do ordenador de despesas.

b) As contas deverão ser consideradas iliquidáveis, o que ensejará uma decisão terminativa ordenando o trancamento das contas e o consequente arquivamento do processo.

c) Uma vez trancadas as contas por serem iliquidáveis, o processo nunca mais poderá ser reaberto, garantindo-se a segurança jurídica e a quitação plena ao gestor pela impossibilidade material de prova.

d) O gestor será considerado revel se não apresentar cópias autenticadas de todos os documentos em 30 dias, independentemente da comprovação de caso fortuito ou força maior.

e) Se, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da decisão terminativa, não surgirem novos elementos, as contas serão consideradas encerradas, com baixa na responsabilidade do administrador.

7) Durante uma auditoria operacional em uma Secretaria de Estado, o Ministério Público de Contas (MPC) identifica que o modelo de contratação de serviços de tecnologia da informação está obsoleto e gerando custos acima da média de mercado, embora não haja dolo ou má-fé comprovada do secretário atual. O MPC propõe a celebração de um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) para regularizar os procedimentos e estabelecer um cronograma de modernização.

Considerando as normas que regem o TAG na Lei Orgânica do TCE-AM, assinale a opção que apresenta uma condição ou restrição correta para a formalização deste ajuste:

a) A celebração do TAG é um ato exclusivo de iniciativa do gestor interessado ou do Tribunal, sendo vedada a proposição direta pelo Ministério Público de Contas para preservar sua função de fiscal da lei.

b) O TAG possui efeitos retroativos automáticos para

validar atos administrativos pretéritos que ampliaram direitos de terceiros, mesmo que tenha havido comprovada má-fé no ato original.

c) É expressamente vedada a assinatura de TAG em situações que configurem indícios de improbidade administrativa ou quando já houver processo com decisão definitiva irrecorrível sobre a matéria.

d) A assinatura do TAG não interrompe nem suspende a aplicação de multas ou sanções em curso, servindo apenas como uma carta de intenções para futuras gestões.

e) É permitida a celebração de TAG que implique na redução dos percentuais constitucionais mínimos de investimento em educação, desde que o montante economizado seja aplicado integralmente na área de saúde.

8) O Relator de um processo no TCE-AM, ao analisar uma representação que aponta indícios de superfaturamento em um contrato de saúde, verifica que a continuidade do pagamento poderá causar lesão irreparável ao erário. Diante da urgência e da plausibilidade do direito, o Relator decide, monocraticamente e sem a prévia oitiva da parte, sustar o ato impugnado. O jurisdicionado em questão é o Chefe do Poder Executivo Estadual.

Considerando as normas de tramitação de medidas cautelares estabelecidas na Resolução nº 03/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, assinale a alternativa correta:

a) Por se tratar de Chefe de Poder, a comunicação da decisão cautelar deve ser realizada obrigatoriamente pela Presidência do Tribunal, e não pelo próprio Relator prolator da decisão.

b) O despacho do Relator que concedeu a cautelar deverá ser submetido ao Plenário para revisão apenas se houver recurso da parte interessada, no prazo de 5 dias.

c) Uma vez adotada a medida cautelar sem oitiva prévia, o prazo para que a parte e terceiros interessados se pronunciem será de 5 (cinco) dias úteis.

d) Caso a comunicação da decisão seja feita por meio eletrônico, a contagem do prazo para a parte inicia-se somente após a remessa do documento original por via postal.

e) A Divisão de Expediente e Protocolo dispõe de até 24 horas após o protocolo para autuar o documento, caso o pedido de cautelar esteja facilmente identificado.

9) Considere a seguinte situação hipotética: o Governador do Estado do Amazonas, em resposta a uma crise climática severa, planeja criar o "Programa de Apoio Emergencial ao Ribeirinho", com ações de distribuição de mantimentos que não foram previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) em vigor. Para financiar o programa de forma perene, a assessoria jurídica sugere o envio de um projeto de lei que vincule 2% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a um fundo específico de Defesa Civil. Simultaneamente, o Estado negocia um empréstimo com a União e oferece, como garantia, as receitas próprias geradas por impostos estaduais.

Considerando as vedações e exceções estabelecidas no Artigo 159 da Constituição Estadual do Amazonas, assinale a alternativa correta:

a) O início do programa é permitido imediatamente, independentemente de inclusão na LOA, desde que o Governador comprove a urgência e a relevância social do atendimento à população ribeirinha.

b) A vinculação de parcela da receita de impostos (ICMS) ao fundo de Defesa Civil é válida, uma vez que a Constituição autoriza a vinculação de impostos a qualquer órgão ou fundo que trate de assistência social ou segurança pública.

c) A oferta de receitas próprias de impostos como garantia à União para a celebração de empréstimos é

inconstitucional, pois a vinculação de impostos é permitida exclusivamente para o pagamento de pessoal ativo e inativo.

d) É vedado o início do referido programa sem sua prévia inclusão na LOA, e a vinculação da receita do ICMS ao fundo de Defesa Civil é proibida, ressalvadas as destinações para saúde, ensino e atividades da administração tributária.

e) Programas não incluídos na LOA podem ser iniciados por meio de decreto suplementar, desde que a execução não ultrapasse um exercício financeiro, dispensando, nestes casos, a inclusão no Plano Plurianual (PPA).

10) No que tange ao conceito, abrangência e às espécies de controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) O controle interno é exercido exclusivamente por órgãos integrantes da estrutura do Poder Executivo, sendo vedada a sua instituição nos âmbitos dos Poderes Legislativo e Judiciário, em razão do princípio da separação de poderes.

b) O controle de mérito é aquele que a Administração exerce sobre seus próprios atos para verificar a conformidade com o ordenamento jurídico, podendo resultar na anulação do ato caso seja identificada uma ilegalidade.

c) O controle externo, exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, limita-se à verificação da legalidade e da legitimidade dos atos, não podendo adentrar na avaliação da economicidade ou eficiência da gestão.

d) Segundo a doutrina, o controle prévio (ou a priori) é aquele realizado durante a execução do ato administrativo, com o objetivo de corrigir desvios em tempo real antes da sua conclusão definitiva.

e) O controle social representa a fiscalização exercida pelos cidadãos e pela sociedade civil organizada sobre a gestão pública, sendo considerado uma modalidade de controle externo, embora não possua caráter técnico-

institucional.

BLOCO ESPECÍFICO – RESIDÊNCIA CONTÁBIL

1) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (11ª edição), para que um item seja reconhecido como ativo, ele deve atender à definição de ativo e aos critérios de reconhecimento. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

a) O reconhecimento de um ativo depende exclusivamente da posse física do bem pela entidade pública.

b) Um ativo deve ser reconhecido quando for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.

c) Ativos biológicos de produção devem ser mensurados obrigatoriamente pelo valor nominal de aquisição, vedada a atualização pelo valor justo.

d) Bens de uso comum do povo, como praças e ruas, nunca podem ser reconhecidos no balanço patrimonial, independentemente de sua valoração.

e) A incerteza sobre a entrada de benefícios econômicos não impede o reconhecimento imediato do ativo, desde que haja autorização orçamentária.

2) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), é uma das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, e serve para evidenciar o resultado patrimonial ao confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD). No que se refere às Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e Aumentativas (VPA), as diretrizes e procedimentos que regem a contabilidade pública estabelece o regime de competência. Assinale a opção que descreve

corretamente o momento do reconhecimento das variações patrimoniais:

a) A VPA relativa a tributos deve ser reconhecida no momento da arrecadação em conta bancária (regime de caixa).

b) As VPDs devem ser reconhecidas no momento da emissão da Nota de Empenho, independentemente da entrega do bem ou serviço.

c) O reconhecimento da VPA pode ocorrer antes, depois ou simultaneamente ao recebimento do recurso financeiro, dependendo da ocorrência do fato gerador.

d) A extinção de um passivo sem a respectiva desincorporação de um ativo não configura uma VPA.

e) O recebimento de bens em doação não gera variação patrimonial, sendo registrado apenas em contas de controle.

3) Em 01/10/2023, uma determinada Secretaria de Saúde adquiriu um equipamento de diagnóstico por imagem de alta complexidade pelo valor de R\$ 1.200.000,00 à vista. Na data da aquisição, os técnicos contábeis e engenheiros identificaram as seguintes informações para o reconhecimento e mensuração do ativo:

1. Componentização: O tubo de raios-X (peça de desgaste rápido) corresponde a 20% do valor total da aquisição. O restante do valor refere-se à estrutura principal do equipamento.

2. Vida Útil Estimada:

Tubo de raios-X: 2 anos.

Estrutura principal: 10 anos.

3. Valor Residual:

Tubo de raios-X: R\$ 0,00 (exaurido ao fim da vida útil).

Estrutura principal: 10% do seu valor de custo inicial.

4. Gastos Adicionais: A entidade gastou R\$ 50.000,00 com a preparação do local e instalação técnica necessária para o funcionamento do equipamento (gasto ocorrido e pago na mesma data da aquisição).

5. Método de Depreciação: Cotas constantes (linear).

Considerando as diretrizes do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 11ª edição) sobre o reconhecimento de componentes e a depreciação a partir da data em que o ativo está disponível para uso, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o Valor Contábil Líquido (VCL) total do equipamento que deverá constar no Balanço Patrimonial da entidade em 31/12/2023:

a) R\$ 1.180.000,00

b) R\$ 1.196.250,00

c) R\$ 1.218.750,00

d) R\$ 1.222.500,00

e) R\$ 1.250.000,00

4) Um auditor de controle externo de um Tribunal de Contas está realizando uma auditoria operacional em um programa governamental de distribuição de medicamentos. O objetivo é determinar se as instituições envolvidas estão operando com eficiência e efetividade. Para isso, o próprio auditor selecionou os critérios de avaliação, baseando-se em boas práticas de logística, e realizou a mensuração direta do desempenho do programa para apresentar achados e recomendações no relatório final.

De acordo com a classificação dos trabalhos de auditoria estabelecida pelas Normas Brasileira de Auditoria do Setor Público-NBASP, especificamente a

NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, essa atividade é corretamente classificada como:

a) Trabalho de certificação, pois a parte responsável é quem deve mensurar o objeto e apresentar a informação ao auditor para fins de conclusão.

b) Auditoria financeira, uma vez que envolve a análise de fluxos de recursos destinados à saúde, sendo sempre classificada como trabalho de certificação.

c) Trabalho de relatório direto, no qual o próprio auditor mensura ou avalia o objeto de acordo com os critérios, sendo esta a forma normal das auditorias operacionais.

d) Asseguração absoluta, dado que a seleção direta de critérios e objetos pelo auditor elimina os riscos de distorções relevantes no relatório final.

e) Auditoria de conformidade, que, por definição da norma, não admite a forma de relatório direto, focando exclusivamente em declarações de conformidade da gestão.

5) Considere a seguinte situação hipotética: No Estado do Amazonas, a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAN) está conduzindo um workshop para novos técnicos orçamentários sobre as diretrizes norteadoras que conferem racionalidade e transparência aos processos de elaboração e controle do orçamento público. Durante a atividade, o instrutor apresentou uma lista de definições extraídas das diretrizes e normas da contabilidade aplicadas ao setor público e solicitou que os técnicos as associassem aos respectivos princípios orçamentários fundamentais.

Associe os princípios orçamentários apresentados na Lista I-Princípios com as suas respectivas definições e características apresentadas na Lista II – Definições:

Lista I – Princípios

1. Legalidade
2. Universalidade

3. Anualidade (Periodicidade)

4. Exclusividade

5. Orçamento Bruto

Lista II – Definições

() Determina que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

() Estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas a autorização para créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

() Delimita o exercício financeiro orçamentário ao período de tempo correspondente ao ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro) ao qual as previsões e fixações se referem.

() Subordina o Poder Público aos ditames da lei, exigindo que o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais sejam estabelecidos por leis de iniciativa do Poder Executivo.

() Obriga o registro de receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, sendo vedadas quaisquer deduções, para garantir a transparência do montante que o Estado se apropria da sociedade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta da associação de cima para baixo:

a) 2 – 4 – 3 – 1 – 5

b) 1 – 2 – 3 – 4 – 5

c) 2 – 4 – 3 – 5 – 1

d) 4 – 2 – 3 – 1 – 5

e) 2 – 1 – 3 – 4 – 5

6) A Prefeitura de Nova Esperança do Amazonas apresentou os seguintes dados consolidados em seu

Balço Orçamentário ao final do exercício de 2024 (em R\$ mil):

Título	Previsão Inicial e Atualizada	Realizado (Arrecadado)	-	
Receitas Correntes	10.000	11.500	-	-
Receitas de Capital	5.000	4.200	-	-
Título	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Desp. Paga
Despesas Correntes	9.000	8.800	8.500	8.000
Despesas de Capital	6.000	6.400	4.000	3.500

Informações Adicionais:

1. Não houve abertura de créditos adicionais além da dotação já atualizada na tabela.
2. O montante de Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos em exercícios anteriores e pagos no ano de 2024 foi de R\$ 500.
3. O montante de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) liquidados no exercício foi de R\$ 200.

Com base na tabela e nas informações adicionais da Prefeitura de Nova Esperança do Amazonas (apresentadas anteriormente), analise as seguintes afirmativas:

- I. O Resultado Orçamentário do exercício foi superavitário em R\$ 500, considerando o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.
- II. O montante de Restos a Pagar Não Processados a serem inscritos em 31/12/2024, relativos exclusivamente às despesas do exercício corrente, é de R\$ 2.700.
- III. O Resultado de Execução da Receita de Capital apresentou um excesso de arrecadação de R\$ 800 em relação à previsão inicial.
- IV. O valor total de despesas que impactaram a

Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) no exercício de 2024, seguindo o regime de competência, foi de R\$ 12.500.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

7) Analise as duas asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

Asserção I: O Superávit Orçamentário, apurado no Balço Orçamentário ao final do exercício, não se confunde com o Superávit Financeiro, demonstrado no Balço Patrimonial, sendo este último a fonte principal para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais no exercício seguinte.

PORQUE

Asserção II: Enquanto o Superávit Orçamentário é resultado do confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada no exercício, o Superávit Financeiro representa a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando saldos de exercícios anteriores e considerando as obrigações a pagar e os créditos a receber.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

8) Durante a fase de execução de uma auditoria financeira em uma Secretaria de Estado, a equipe de auditoria obteve evidência suficiente e apropriada de que diversos saldos de contas e classes de transações apresentam distorções que, somadas, ultrapassam significativamente o nível de materialidade global estabelecido no planejamento. O auditor-chefe julgou que os efeitos dessas distorções não estão restritos a elementos específicos, mas representam uma parcela substancial das demonstrações contábeis, sendo, portanto, relevantes e generalizados (pervasivos).

Com base nas Normas Brasileira de Auditoria do Setor Público-NBASP, especificamente a NBASP 200 – Princípios de Auditoria Financeira, qual deve ser a tipificação da opinião a ser emitida no relatório de auditoria?

a) Opinião com ressalvas, pois o auditor obteve evidência suficiente e apropriada de que as distorções são relevantes, independentemente de serem generalizadas.

b) Abstenção de opinião, pois a natureza generalizada dos erros impede o auditor de formar qualquer conclusão sobre a posição patrimonial e financeira da entidade.

c) Opinião não modificada com parágrafo de ênfase, para chamar a atenção dos usuários (Poder Legislativo) sobre a importância fundamental das distorções encontradas.

d) Opinião com ressalvas, mas apenas se a administração se recusar a corrigir as distorções; caso contrário, a opinião deve ser obrigatoriamente "limpa" (não modificada).

e) Opinião adversa, uma vez que o auditor, tendo obtido evidência suficiente e apropriada, concluiu que as distorções são relevantes e generalizadas.

9) O Governo do Estado "Alfa" decide realizar uma

reforma administrativa e patrimonial. Para financiar a construção de um novo hospital (investimento), o Estado realiza a alienação (venda) de um conjunto de prédios antigos que estavam desativados. Simultaneamente, o Estado contrai um empréstimo de longo prazo para adquirir equipamentos hospitalares de alta tecnologia.

Com base na Classificação por Natureza da receita e da despesa orçamentária e nas disposições das diretrizes contábeis aplicadas ao setor público e Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmações abaixo:

a) A receita proveniente da venda dos prédios antigos é classificada como "Receita Corrente Patrimonial", pois deriva da exploração do patrimônio imobiliário do Estado.

b) A aquisição de equipamentos hospitalares é considerada uma "Despesa Corrente", pois os bens de capital não contribuem diretamente para a formação de um bem de capital fixo para o país.

c) A receita decorrente do empréstimo de longo prazo para os equipamentos é uma "Receita de Capital", especificamente da origem "Operações de Crédito".

d) Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Estado pode utilizar livremente os recursos da venda dos prédios (alienação de bens) para pagar os salários atrasados dos médicos do hospital, por tratar-se de despesa com saúde.

e) As transferências de capital recebidas de outros entes para a construção do hospital são classificadas como "Receitas Correntes Intraorçamentárias", por ocorrerem dentro do setor público.

10) O contador da Prefeitura de um município do interior do Amazonas está finalizando o encerramento do exercício financeiro de 2025. A estrutura administrativa municipal é composta pela prefeitura (administração direta), uma autarquia de águas e uma empresa estatal dependente constituída sob a forma de sociedade

anônima (S.A.). Para cumprir a prestação de contas anual perante o Tribunal de Contas e viabilizar a consolidação nacional das contas públicas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o profissional deve selecionar e elaborar o conjunto de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) conforme as diretrizes e normas legais vigentes.

Assinale a alternativa correta:

- a) O conjunto completo de demonstrações obrigatórias para a prefeitura e para a autarquia inclui, indistintamente, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo das Variações Patrimoniais, o Demonstrativo do Fluxo de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- b) No contexto desse município, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é obrigatória apenas para a empresa estatal dependente constituída sob a forma de sociedade anônima (S.A.), permanecendo facultativa para a prefeitura e para a autarquia.
- c) Em virtude de limitações tecnológicas ou dificuldades no resgate de dados históricos no interior do estado, o município poderá ser dispensado de apresentar a informação comparativa com o período anterior em suas demonstrações.
- d) O Balanço Financeiro tornou-se uma demonstração facultativa para os municípios brasileiros, uma vez que sua elaboração não é prevista nas Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS - International Public Sector Accounting Standards) e nem nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).
- e) O Balanço Orçamentário deve evidenciar exclusivamente as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, sendo vedada a apresentação de valores previstos ou fixados para evitar distorções na análise do superávit financeiro.

11) O sistema orçamentário do Amazonas exige que as leis de iniciativa do Poder Executivo (PPA: Plano Plurianual; LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA: Lei Orçamentária Anual) mantenham uma integração técnica e obedeçam a limites rígidos de gastos, especialmente no que tange a emendas parlamentares e despesas de pessoal.

Com base nos dispositivos da Constituição do Estado do Amazonas, analise as asserções abaixo e a relação proposta entre elas:

Asserção I: A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, bem como a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras pelos órgãos da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

PORQUE

Asserção II: A despesa com pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal, sendo que o não cumprimento desses parâmetros enseja a suspensão imediata de repasses de verbas estaduais aos Municípios infratores.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

12) Um auditor do Tribunal de Contas está realizando uma auditoria de conformidade em uma autarquia estadual. Durante os trabalhos, ele verifica que a entidade seguiu estritamente os procedimentos formais previstos na legislação de licitações para a compra de mobiliário. No entanto, o auditor observa que o gasto foi excessivo e desnecessário frente à realidade financeira do órgão, violando princípios éticos e de boa gestão dos recursos públicos que, embora não estejam codificados em uma lei específica, regem a conduta dos agentes públicos.

Considerando os conceitos de legalidade e legitimidade estabelecidos nas Normas Brasileira de Auditoria do Setor Público-NBASP, especificamente a NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade, assinale a alternativa que descreve corretamente o foco dessa auditoria:

a) A auditoria deve restringir-se exclusivamente à legalidade, uma vez que a aderência a critérios formais, como leis e regulamentos, é o único objeto permitido pelo mandato das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS).

b) Por tratar de princípios de boa gestão, o auditor deve obrigatoriamente reclassificar o trabalho como uma auditoria operacional, pois a auditoria de conformidade veda a análise de critérios qualitativos subjetivos.

c) O auditor deve emitir um relatório de asseguarção limitada, pois a falta de uma lei específica impediria o fornecimento de uma opinião de asseguarção razoável sobre a conduta do gestor.

d) O caso narrado exemplifica um exame de legitimidade, que trata da observância aos princípios gerais de gestão financeira responsável e à conduta dos agentes públicos, podendo estar ou não codificados em lei.

e) Trata-se de um trabalho de certificação, no qual o auditor foca na informação sobre o objeto fornecida pela própria administração da autarquia, sem realizar

mensurações diretas sobre a ética do gasto.

13) O Município de *Boi Bumbá Bonito*, ao encerrar o exercício de 2024 e iniciar o de 2025, apresentou as seguintes situações contábeis relativas a três contratos distintos:

1. Contrato A: Empenhado e liquidado em 2024 no valor de R\$ 50.000. O pagamento não ocorreu até 31/12/2024 por insuficiência financeira momentânea.
2. Contrato B: Empenhado em 2024 no valor de R\$ 30.000. O serviço foi prestado em dezembro de 2024, mas a nota fiscal só foi atestada (liquidada) em 15/01/2025.
3. Contrato C: Refere-se a um serviço de manutenção realizado em 2023, cujo empenho foi cancelado indevidamente por erro administrativo ao final daquele ano. O credor comprovou a prestação do serviço em 2025, e a administração reconheceu a dívida no valor de R\$ 20.000.

Considerando as diretrizes do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 11ª edição) e Lei nº 4.320/1964 para o registro dessas operações em 2025, assinale a alternativa que descreve corretamente a classificação e o impacto orçamentário:

a) Os Contratos A e B serão pagos em 2025 como Restos a Pagar Processados, totalizando R\$ 80.000, enquanto o Contrato C será pago como Restos a Pagar Não Processados.

b) O Contrato A será inscrito em Restos a Pagar Processados; o Contrato B em Restos a Pagar Não Processados; e o Contrato C deverá ser empenhado em 2025 na dotação de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).

c) Todos os três contratos (A, B e C) devem ser pagos à conta de dotação orçamentária própria do exercício de 2025, sob a rubrica de Despesas de Exercícios

Anteriores (DEA), totalizando R\$ 100.000.

d) O Contrato B, por ter sido liquidado apenas em 2025, perde a característica de Restos a Pagar e deve ter seu empenho de 2024 anulado e refeito como despesa corrente de 2025.

e) O Contrato C é considerado um Resto a Pagar com prescrição interrompida, não impactando a dotação orçamentária de 2025, sendo pago apenas via conta extraorçamentária.

14) Uma equipe de auditoria de um Tribunal de Contas está planejando uma fiscalização em um programa governamental de habitação popular. O coordenador da equipe solicita que os auditores definam indicadores para avaliar o desempenho do programa sob três perspectivas distintas:

1. Verificar se o custo unitário dos materiais de construção foi o menor possível, mantendo a qualidade e quantidade necessárias.
2. Analisar a relação entre a quantidade de unidades habitacionais entregues e o montante de recursos humanos e financeiros empregados no processo.
3. Avaliar se a entrega das casas resultou na redução efetiva do déficit habitacional da região e no alcance dos resultados sociais pretendidos.

Considerando as definições de Economicidade, Eficiência e Efetividade das Normas Brasileira de Auditoria do Setor Público-NBASP, especificamente a NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional, assinale a alternativa que associa corretamente os itens acima aos seus respectivos princípios:

- a) 1 - Eficiência; 2 - Economicidade; 3 - Efetividade.
- b) 1 - Economicidade; 2 - Efetividade; 3 - Eficiência.
- c) 1 - Economicidade; 2 - Eficiência; 3 - Efetividade.
- d) 1 - Efetividade; 2 - Eficiência; 3 - Economicidade.
- e) 1 - Eficiência; 2 - Efetividade; 3 - Economicidade.

15) Um auditor de controle externo de um Tribunal de Contas está iniciando o planejamento da auditoria das demonstrações contábeis de uma grande autarquia estadual. Ao avaliar o marco referencial, ele percebe que a legislação estadual prescreve uma estrutura de relatório financeiro que, em sua análise técnica inicial, parece omitir informações relevantes para os usuários, podendo tornar as demonstrações enganosas. A administração da autarquia afirma que não pode alterar a estrutura, pois ela é determinada por lei.

De acordo com as normas sobre as condições e a avaliação da estrutura de relatório financeiro conforme as Normas Brasileira de Auditoria do Setor Público-NBASP, especificamente na NBASP 200-Princípios de Auditoria Financeira, assinale a alternativa que descreve a conduta correta do auditor:

- a) O auditor deve assumir a responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis utilizando um marco referencial internacional, corrigindo as omissões da gestão para garantir a aceitabilidade do trabalho.
- b) Como a estrutura é prescrita por lei ou regulamento, o auditor deve aceitar o trabalho sem ressalvas, uma vez que normas nacionais sempre se sobrepõem aos princípios da NBASP 200.
- c) O auditor deve emitir obrigatoriamente uma abstenção de opinião logo no planejamento, pois a falta de uma estrutura de relatório financeiro aceitável impede a coleta de qualquer evidência de auditoria.
- d) As condições da auditoria financeira exigem que o auditor obtenha da administração a garantia de asseguuração absoluta de que o controle interno detectará todas as fraudes antes do início dos trabalhos.
- e) Se a estrutura não for considerada aceitável e a substituição não for possível por ser prescrita em lei, o auditor deve informar ao auditado sobre as divulgações adicionais necessárias para evitar que as demonstrações se tornem enganosas.

16) Ao final do exercício financeiro de 2024, o contador de um determinado Município do Interior do Amazonas observa as seguintes situações pendentes de registro:

1. Uma doação em espécie foi recebida em dezembro de 2024, mas não havia sido prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA).
2. O ente realizou o empenho para a aquisição de novos computadores em 15 de dezembro de 2024. No entanto, o fornecedor entregará os equipamentos e a liquidação ocorrerá apenas em janeiro de 2025.
3. Houve a arrecadação de taxas de iluminação pública no dia 30 de dezembro de 2024, mas o recolhimento ao caixa do Tesouro Municipal só será processado via rede bancária em 02 de janeiro de 2025.

Considerando o Regime Orçamentário e as etapas da receita e despesa conforme Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta:

- a) A despesa com os computadores pertence ao exercício financeiro de 2024, uma vez que o empenho foi legalmente emitido naquele ano, devendo ser inscrita em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício.
- b) A doação em espécie não poderá ser reconhecida como receita orçamentária de 2024, pois a etapa da "Previsão" é condição obrigatória e precedente para todas as receitas públicas.
- c) As taxas arrecadadas em 30 de dezembro pertencem ao exercício de 2025, pois o regime orçamentário exige o efetivo "Recolhimento" ao Tesouro para o reconhecimento da receita.
- d) O empenho dos computadores gera, de forma imediata e concomitante, uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), independentemente da entrega do bem, para atender ao regime de competência.
- e) A doação recebida deve ser classificada

obrigatoriamente como "Receita de Capital", uma vez que ingressos não previstos aumentam o patrimônio líquido de forma permanente.

17) Durante a fase de planejamento de uma auditoria operacional em um sistema estadual de transporte público, a equipe identifica que o principal problema é o atraso sistemático nas linhas de ônibus, gerando insatisfação na comunidade. O objetivo principal do trabalho não é apenas verificar a existência do atraso, mas sim identificar as causas subjacentes e os desvios em relação aos critérios para propor melhorias.

De acordo com as abordagens de auditoria previstas nas Normas Brasileira de Auditoria do Setor Público-NBASP, especificamente na NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional, qual abordagem deve ser prioritariamente adotada pela equipe neste caso?

- a) Abordagem orientada a sistemas, pois o foco principal é examinar o adequado funcionamento dos sistemas de gestão financeira da empresa de transportes.
- b) Abordagem orientada a resultados, pois o objetivo é avaliar exclusivamente se o número de passageiros transportados atingiu a meta planejada.
- c) Abordagem normativa, uma vez que a auditoria deve se restringir a descrever a situação atual em comparação com o que determina a lei de concessões.
- d) Abordagem orientada a problemas, pois ela analisa e verifica as causas de problemas específicos ou de desvios em relação a critérios.
- e) Abordagem de cima para baixo (*top-down*), pois foca nos problemas de importância direta para o povo e a comunidade local.

18) Sobre a estrutura do PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) e a natureza das informações contábeis, assinale a alternativa que apresenta a correlação correta entre a Classe da conta e sua Natureza de Informação:

a) Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) possuem natureza de informação Orçamentária.

b) Classes 5 (Planejamento e Execução Orçamentária) e 6 (Execução Orçamentária) possuem natureza de informação de Controle.

c) Classes 7 e 8 (Contas de Controle) possuem natureza de informação Orçamentária.

d) Todas as classes do PCASP (1 a 8) possuem natureza de informação puramente Fiscal.

e) Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas-VDP) e Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas VPA) possuem natureza de informação Patrimonial.

19) Ao final do exercício financeiro de 2025, o setor de contabilidade de um determinado ente público apresentou as seguintes contas e saldos (valores em R\$):

- Caixa e Equivalentes de Caixa: 80.000
- Créditos Tributários a Receber (Curto Prazo): 20.000
- Veículos (Imobilizado): 150.000
- Fornecedores e Contas a Pagar (Passivo Circulante - Atributo Financeiro): 40.000
- Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo (Passivo Não Circulante - Atributo Permanente): 60.000
- Restos a Pagar Processados do Exercício: 10.000

Considerando a estrutura do Balanço Patrimonial prevista no MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 11ª edição), que separa o ativo e o passivo nos quadros Principal e de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, assinale a alternativa que apresenta corretamente os valores do Patrimônio Líquido e do Superávit Financeiro do exercício:

a) Patrimônio Líquido: R\$ 150.000; Superávit Financeiro: R\$ 50.000.

b) Patrimônio Líquido: R\$ 140.000; Superávit Financeiro: R\$ 40.000.

c) Patrimônio Líquido: R\$ 250.000; Superávit Financeiro: R\$ 100.000.

d) Patrimônio Líquido: R\$ 150.000; Superávit Financeiro: R\$ 40.000.

e) Patrimônio Líquido: R\$ 140.000; Superávit Financeiro: R\$ 50.000.

20) Uma equipe de auditoria de conformidade decide realizar um trabalho no qual ela própria seleciona o objeto e os critérios, executando a mensuração ou avaliação direta do objeto em relação a esses critérios. Ao final, no relatório de auditoria, os auditores declaram que, "com base nos procedimentos executados, nada veio ao seu conhecimento que os fizesse acreditar que o objeto não está em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com os critérios estabelecidos".

Com base na classificação dos trabalhos e níveis de asseguuração previstos nas Normas Brasileira de Auditoria do Setor Público-NBASP, especificamente a NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade, esse trabalho é corretamente tipificado como:

a) Trabalho de certificação com nível de asseguuração razoável, uma vez que a conclusão é expressa de forma positiva sobre a conformidade do objeto.

b) Auditoria financeira combinada, pois o uso da expressão "em todos os aspectos relevantes" é restrito aos relatórios sobre demonstrações contábeis auditadas em conjunto com a conformidade.

c) Trabalho de relatório direto com nível de asseguuração absoluta, visto que a seleção direta de critérios pelo auditor elimina as limitações inerentes ao processo de amostragem.

d) Trabalho de relatório direto com nível de asseguuração

limitada, caracterizado pela mensuração direta feita pelo auditor e por uma conclusão expressa de forma negativa.

e) Trabalho de certificação com nível de asseguração limitada, no qual o auditor foca na declaração de conformidade preparada pela parte responsável de acordo com uma estrutura padronizada.

PROVA DISCURSIVA

1) O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas designou uma equipe para realizar uma auditoria de conformidade na Prefeitura de Sol da Amazônia, um município do interior que recentemente recebeu vultosos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e realizou a maior arrecadação de IPTU de sua história.

Durante os trabalhos, a equipe de auditoria identificou as seguintes situações:

1. Registro de Receitas (IPTU): A prefeitura reconheceu o valor total do IPTU apenas no momento da arrecadação em caixa (maio de 2025). Não houve nenhum registro contábil no dia 1º de janeiro de 2025, data em que ocorre o fato gerador tributário conforme a legislação local.
2. Deduções do FPM: O município registrou o ingresso do FPM pelo valor líquido creditado na conta bancária, sem evidenciar as parcelas retidas para o FUNDEB e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) em contas redutoras.
3. Contratação de Obras: A prefeitura contratou a reforma do principal porto municipal. A auditoria verificou que todos os ritos da Lei de Licitações foram rigorosamente seguidos (fase de habilitação, prazos e publicidade). Contudo, observou-se que o projeto básico previa o uso de granito importado em áreas de carga e descarga, elevando o custo da obra em 400% sem justificativa técnica de durabilidade que superasse os materiais nacionais. A gestão alegou que, por ter cumprido a lei formal, não haveria irregularidade.
4. Natureza da Auditoria: O auditor responsável decidiu que a equipe selecionaria o objeto e os critérios, realizando a mensuração direta dos fatos para apresentar os achados, em vez de apenas certificar uma declaração de conformidade da gestão.

Com base nos dados acima e nas normas vigentes no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP, 11ª edição) e nas Normas Brasileira de Auditoria do Setor Público (NBASP), elabore um texto respondendo aos seguintes itens:

a) Explique, sob a ótica do MCASP, o erro técnico cometido pela prefeitura no registro do IPTU e do FPM. Aborde a dualidade entre o regime orçamentário e o patrimonial (competência) e a obrigatoriedade do registro pelo valor bruto.

RASCUNHO: _____

[illegible]

Com base nos conhecimentos sobre a classificação das receitas e as normas de transparência fiscal presentes no MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª edição) e na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), responda aos itens a seguir:

17

RASCUNHO: _____

b) Explique a função da Receita Corrente Líquida (RCL) como parâmetro fundamental para o equilíbrio das finanças públicas e cite dois indicadores de limites de gastos previstos pela LRF que utilizam a RCL como base de cálculo.

RASCUNHO: _____

